

DESTAQUE

AMBIENTE

Ainda falta tratar 20 das 61 antigas minas de urânio abandonadas no país

Um país a limpar minas radioactivas durante 21 anos

Ao fim de 16 anos de intervenção ambiental nas minas de urânio abandonadas, o país tem de esperar mais cinco para comprovar se as 61 antigas áreas mineiras deixaram de ser um problema. A bacia hidrográfica do Mondego é o ponto mais sensível

Lurdes Ferreira

Numa parte da Urgeiriça, no Mondego Sul e no Castelejo, em Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães está agora em curso o que há mais de década e meia se faz pelo resto da região centro: tratar antigas áreas mineiras de urânio abandonadas de escombrelas e resíduos a céu aberto e águas contaminadas a escorrer pelos solos. E o que ainda está por fazer demorará mais outros cinco anos.

No calendário de trabalhos para a intervenção ambiental nas velhas explorações de urânio, tarefa concessionada pelo Estado à EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro em 2001, já passou 76% do tempo previsto, foram tratadas 56% das minas e gastos 49 milhões de euros, de acordo com os dados fornecidos pela empresa. A Urgeiriça é a maior área industrial, obrigando a várias fases de trabalhos, parte deles ainda a decorrer, e servindo de estaleiro aos outros trabalhos. Faltam agora 20 das 61 minas consideradas um perigo ambiental. São mais pequenas “e com impactes ambientais bastante

reduzidos. As minas consideradas como prioritárias já foram alvo de intervenção”, afirma a administração da EDM por escrito ao PÚBLICO. O que ainda está por fazer, acrescenta, será concluído até 2022.

Os relatórios anuais do Laboratório de Protecção e Segurança Radiológica (LPSR), entidade responsável pela vigilância das três fontes de risco radioactivo no país criadas pela acção humana (central de Almaraz, reactor nuclear de investigação de Sacavém e minas de urânio), mostram que a bacia do Mondego, com a sua barragem da Aguieira, continua a ser um ponto sensível de vigilância. As análises evidenciam também que, com os trabalhos da chamada “remediação ambiental” desde 2001, tem diminuído a contaminação provocada pelas antigas minas de urânio e instalações industriais da antiga Empresa Nacional de Urânio, que se concentraram na bacia.

O director adjunto do Laboratório de Protecção e Segurança Radiológica, João Garcia Alves, traça ao PÚBLICO o retrato mais recente deste pesado legado ambiental deixado pelo próprio Estado: “Há sinais de descargas de águas de antigas minas de urânio na rede hidrográfica da

bacia do Mondego, que localmente são importantes, mas sem afectar de forma mensurável a qualidade radiológica da água da albufeira da barragem da Aguieira”; “sítios mineiros de dimensão apreciável que aguardam intervenção, como o Castelejo, Quinta do Bispo e Mondego Sul”; e “águas contaminadas de minas que continuam a requerer tratamento para evitar descarga de radionuclídeos nos cursos de água”.

Problemas persistem

Questionado sobre os trabalhos de remediação ambiental que considera mais urgentes, aponta as zonas que “podem afectar recursos hídricos importantes, designadamente abastecimento de água para consumo humano e para irrigação”. E acrescenta: “Seria desejável progredir mais nos trabalhos na bacia do Mondego, o que certamente será feito, mas necessita de mais tempo.”

Entre os últimos trabalhos de remediação mais significativos, cita os que envolveram a recobertura de resíduos mineiros contaminados, como na Urgeiriça e Cunha-Baixa, “de que resultou o decréscimo de contaminação de ribeiras afluentes do rio Mondego”. E, destaca, “há me-

nos zonas com escombros de minas de urânio a descoberto, como por exemplo na região do Sabugal (várias minas), da Guarda, da Urgeiriça (Canas de Senhorim) e da Cunha Baixa (Mangualde)”.

Nos relatórios anuais redigidos pelo LPSR, para dar cumprimento aos compromissos de Portugal no âmbito da União Europeia e do tratado Euratom, a bacia do Mondego é um problema que perdura. No último

61

antigas minas de urânio foram ou vão ser intervençionadas. Os trabalhos começaram em 2001

49

milhões de euros foram gastos até agora na requalificação ambiental das zonas mineiras



relatório, divulgado no ano passado e relativo a 2014, destacava-se que “é uma zona vulnerável à contaminação ambiental pelos escombros mineiros radioactivos e pelas descargas de águas de minas”. Os resultados foram particularmente sensíveis nas ribeiras da Pantanha, do Castelo e do Boco, com “contaminação radioactiva”.

Nesse ano de 2014, as descargas das três ribeiras “causaram um aumento mensurável da radioactividade na água, na matéria em suspensão e nos sedimentos do leito no troço médio do rio Mondego”. A jusante das ribeiras, a barragem da Aguieira não sentiu os efeitos, devido à “grande diluição no caudal do rio”.

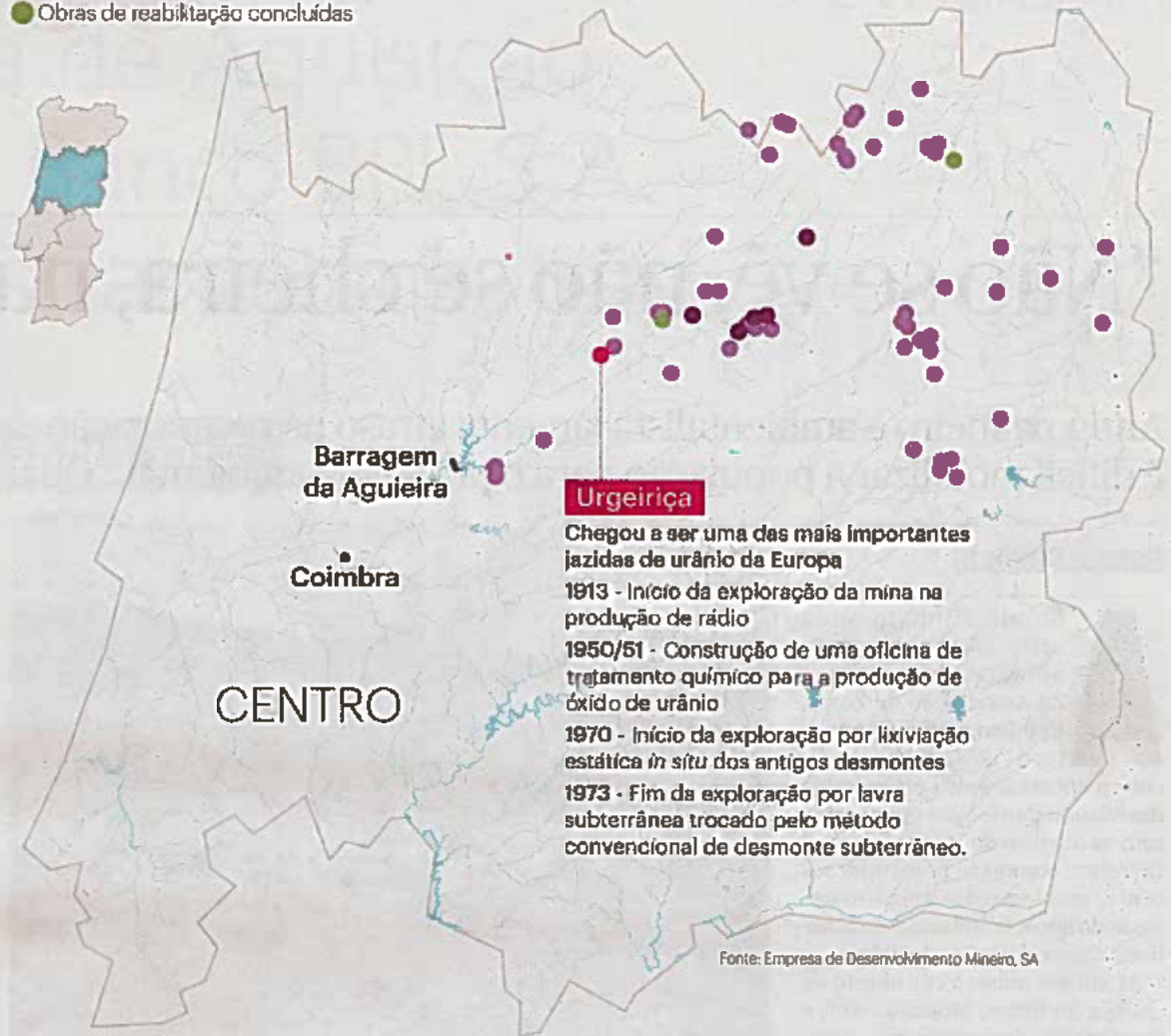
O referido aumento de radioactividade foi “inferior ao observado no passado, antes dos trabalhos de remediação ambiental”, mas a persistência de ocorrências aponta para a necessidade de realizar os trabalhos ainda em falta em vários locais. Eram apontados os casos das minas de Castelejo, Quinta do Bispo, Mondego Sul, Boco e Canto do Lagar.

“Os materiais radioactivos presentes nas escombrelas destas minas são fontes persistentes de contaminação ambiental”, segundo as



Minas de materiais radioactivos

- Minas existentes
- Obras de reabilitação em curso
- Obras de reabilitação concluídas



O problema dos escombros mineiros

Os autores do último relatório do Laboratório de Protecção e Segurança Radiológica sobre os níveis de radioactividade das antigas zonas de urânio concluíram que as escombrelas de uma série de minas analisadas, “abandonadas e sem confinamento, serão uma fonte persistente de contaminação radioactiva do ambiente durante séculos”.

O relatório, relativo a 2014, indica que naquele ano se registaram concentrações de partículas radioactivas (radionuclídeos) dez a cem vezes mais elevadas do que as de “ocorrência natural nos solos não contaminados da região”. Referiam-se em concreto aos resultados das análises aos escombros das minas do Forte Velho (Guarda), do Reboleiro (Trancoso), do Boco (Gouveia) e da Maria Dónis (Aguieira da Beira).

“É de realçar a elevada radioactividade dos escombros

da mina do Forte Velho”, assinalaram, perante “valores muito elevados” de tório, sendo “escombros de minério que foi lixiviado para a extracção de urânio”, para além de “uma forte contaminação devido ao deslizar de materiais e escorrências superficiais da escombrela”. Diferentes concentrações, mas também em níveis elevados, foram encontradas na mina do Reboleiro, já não de tório (urânio) mas de rádio.

Nas outras duas minas, à data com materiais menos radioactivos do que nas duas anteriores (eram escombros mineiros e não de minério, pelo que não tinham sido tratados com ácido para extracção de urânio ou de rádio), “seria de esperar que a concentração de urânio estivesse quase em equilíbrio”, mas o que se encontrou foi teores de urânio superiores aos previstos.

“O plano de recuperação das antigas áreas mineiras

abandonadas é composto por três fases, que impõem um horizonte de realização alargado”, responde a administração da EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro sobre o facto de os trabalhos se arrastarem por tanto tempo. A fase de elaboração do projecto segue-se a montagem do financiamento, que inclui fundos europeus e a disponibilização da contrapartida nacional e, por último, a execução de concursos.

A EDM afirma também que “em muitos locais têm sido realizadas sessões públicas” para explicação das soluções técnicas definidas, dando como exemplo a Urgeiriça. Por outro lado, tem procurado parcerias com os municípios onde os trabalhos foram concluídos, com acordos assinados até agora com Mértola, Nelas, Mangualde e Gouveia, em que antigas áreas mineiras foram cedidas para utilização das populações. L.F.

análises de 2014 e das anteriores. E em alguns sítios mineiros, como o Forte Velho e o Reboleiro, as respectivas escombrelas têm “teores de elementos radioactivos particularmente elevados”. A advertência era clara: “As doses de radiação ambiental ali medidas recomendam o seu confinamento para assegurar a protecção radiológica da população e do ambiente.”

As análises encontraram contaminação de solos e águas, como a área de influência da mina da Quinta do Bispo, onde “são apascentados rebanhos de ovinos”. O consumo desta carne não representava, porém, um risco radiológico para os consumidores.

Para que os níveis de radioactividade ambiental nas velhas zonas mineiras continuem a baixar, o relatório defendia o controlo e tratamento das águas de minas contaminadas, bem como “a remediação ambiental de vários sítios mineiros ainda não interencionados”. E isso implica manter a monitorização radiológica de solos, águas e produtos hortícolas “até a remediação dos sítios contaminados e a redução das doses de radiação a valores inferiores aos limites legais de protecção radiológica

estarem concluídas e confirmadas”.

A EDM garante que “o modelo de remediação ambiental implementado é considerado internacionalmente uma referência tanto ao nível das soluções técnicas como de decisão e gestão”, tendo recebido visitas de representantes da França, Brasil, Roménia e Eslováquia.

Quanto ao que um trabalho de remediação faz de facto, a EDM responde que “todos os impactos relevantes são eliminados e assegura-se a monitorização contínua (nos casos mais sensíveis através de comunicações online) das soluções realizadas”. Uma zona contaminada é uma zona onde a concentração de partículas radioactivas naturais foi aumentada devido à exploração de minério, por exemplo com a acumulação de areias e cascalhos.

O Laboratório de Protecção e Segurança Radiológica faz parte do Campus Tecnológico e Nuclear do Instituto Superior Técnico, que integrou em 2012 o Instituto Tecnológico e Nuclear. Desde 2007 que o LPSP desenvolve um programa regular de monitorização radiológica ambiental das antigas regiões de urânio.

lurdes.ferreira@publico.pt

DESTAQUE

AMBIENTE



[Mesmo depois de recuperados, os terrenos] não dão nem para agricultura nem para criação de gado

António Minhoto
Presidente da Associação de Zonas Uraníferas



“Não se vê, não se cheira, não se ouve”

Antigo mineiro e ambientalista lamenta atraso na recuperação das antigas minas de urânio e diz que é difícil mobilizar a população para o problema ambiental. “Qualquer dia que passe é sempre tempo a mais”

Camilo Soldado

António Minhoto anda nisto há muitos anos. Antes de ser presidente da Associação de Zonas Uraníferas (AZU) foi mineiro, de 1976 a 1989. Depois, com o encerramento progressivo das minas naquela zona onde se cruzam os distritos de Viseu, Guarda e Coimbra, somou as preocupações com os problemas dos antigos mineiros à do impacto ambiental do abandono das explorações de urânio.

As antigas minas a céu aberto de Quinta do Bispo, Mondego Sul, e Castelejo são dos pontos mais sensíveis. As duas últimas já têm intervenções previstas, mas a recuperação da Quinta do Bispo, entre as povoações de Póvoa de Espinho e Cubos, ainda não tem data para arrancar.

Maria Fernanda carrega um carro com palha numa segunda-feira de manhã de cafés fechados, tempo chuvoso, ruas quase desertas. A eventual contaminação dos solos não lhe causa desassossego. Em casa utilizam a água da rede, mas para o cultivo a água vem dos poços. “A gente não sabe se a água está contaminada, se não está. É o que há.”

Na Póvoa de Espinho, a questão do impacto ambiental da antiga mina também não é a mais preocupante, pelo menos para Hermínia Figueiredo. O abandono dos terrenos trouxe problemas de segurança, conta. Fala na vegetação que ali cresce descontroladamente (um incêndio em 2015 amenizou essa situação) e lembra o caso de um homem da aldeia que, antes de a área ser vedada, ali morreu numa queda, quando ia levar os seus animais a pastar.

“Em 2004, quando só tinha aqui uma cancela, serviu para um empreiteiro menos escrupuloso vir buscar material contaminado para utilizar nas obras de saneamento básico de Cubos”, lembra António Minhoto.



Há quem lamente os sucessivos atrasos na requalificação das minas

Hoje, o perímetro da mina tem uma cerca e nos sinais colocados à entrada da antiga exploração podem ler-se os avisos de “proibida a entrada – cratera mineira” e “águas, arelas e escombros eventualmente contaminados”. Para lá da vedação observa-se a escombreira e o que sobra da indústria. Vegetação, um monte de aparência terrosa, uma cratera e, lá em baixo, uma lagoa de águas azul vívido.

O ex-mineiro e ambientalista ensaia uma explicação para esta aparente despreocupação com as consequências do abandono das explorações uraniumíferas. “Esta poluição não se vê nem se cheira.” Fala mesmo em crianças das aldeias circundantes que iam dar mergulhos ao lago deixado pela exploração mineira. A invisibilidade do problema também tornou mais difícil a mobilização das populações para protestar contra o abandono das várias explorações mineiras de urânio na região.

Da Quinta do Bispo avista-se a Cunha Baixa, noutra encosta. A antiga mina, a escassas dezenas de metros de casas, é uma das que já foram reabilitadas, num projecto que custou seis milhões de euros. Hoje,

o terreno é ocupado por um açude que recolhe águas das chuvas para distribuir por campos agrícolas e por uma área de recreio, com bancos e mesas de betão num plano elevado com vista para a povoação.

O presidente da Câmara de Mangualde, João Azevedo, diz ter recebido informação da EDM de que a última mina a ser intervencionada seria a da Quinta do Bispo, por servir de estaleiro das obras que vão sendo realizadas. Os trabalhos só arrancarão “eventualmente no final de 2018” e terão um custo superior às da Cunha Baixa. A utilização a dar aos terrenos ainda é desconhecida. Esta é uma das interrogações do presidente da AZU: o que fazer com estes terrenos quando recuperados? “Não dão nem para agricultura nem para criação de gado”, diz, pelo que a sua utilização fica limitada.

Os censos mostram que, entre 2001 e 2011, as freguesias de Espinho e da Cunha Baixa perderam cerca de um quinto da população. João Azevedo entende esta diminuição como fazendo parte de um “despovoamento transversal” do interior e não como consequência dos perigos que representam as antigas minas a céu aberto. Mangualde quer agora aproveitar a reabilitação dos antigos espaços de exploração para criar uma rota da história mineira e transformar “um problema ambiental num factor de atracção” turística, explica o autarca.

Junto ao Mondego

Na aldeia de Azere, uma pequena barreira de terra – que não terá mais de cinco metros – separa a albufeira da Agueira da cratera inundada deixada pela antiga exploração. “Conforme sobe o nível da barragem, sobe também o nível da lagoa”, conta Jorge Sarmento, que, por várias razões, tem uma relação de proximidade com as minas de Mondego Sul. Para além de ser membro da AZU, o seu quintal dá para os terrenos da

mina abandonada e é deputado da CDU na Assembleia Municipal de Tábua. Há vários anos que alerta para aquele perigo: há um “problema de comunicação de águas” que “afecta todo o Mondego a jusante”. Mas, tal como António Minhoto, Jorge Sarmento explica que, como este é um problema que “não cheira mal, não se vê, nem se ouve, as pessoas esquecem”. As minas de Mondego Sul deixaram de ser exploradas há 30 anos.

Em Dezembro, o município de Tábua anunciou que o Governo avançaria para a recuperação daquelas minas durante este ano, apesar de não ter estabelecido prazos nem ter adiantado o montante necessário para a reabilitação dos terrenos.

Amílcar Castanheira Luís foi presidente da junta durante 18 anos e agora dirige a Acuredpa, uma IPSS que comprou os terrenos da antiga mina de Azere à Empresa Nacional de Urânio para ali construir um empreendimento turístico. O dirigente lamenta os sucessivos atrasos justificados pela EDM com a “falta de verbas” e aguarda agora que se elimine a “contaminação de água e solos, de forma a permitir a utilização futura” dos 17 hectares.

Enquanto a reabilitação não avança, a escombreira vai tendo variadas utilizações. Já foi palco de uma prova de todo-o-terreno, serve para o despejo ilegal de entulho e há quem vá ali carregar areia. Perto da lagoa que confina com o Mondego encontram-se pequenos segmentos de fios de nylon, sinal de que há quem pesque nas águas da antiga mina.

A AZU nasceu em 2000 e já viu a recuperação das antigas minas de urânio da região ser anunciada para depois ser adiada. António Minhoto não sabe dizer quando ficará resolvido o problema, mas diz que, depois de tantos anos, “qualquer dia que passe é sempre tempo a mais”.

camilo.soldado@publico.pt

2014: o que foi monitorizado

- Águas e escombros de minas de urânio em vários locais, incluindo a bacia do Mondego
- Águas superficiais na bacia hidrográfica do rio Mondego, incluindo três afluentes com minas e escombros de urânio
- Águas subterrâneas de poços e furos na zona de várias minas
- Produtos hortícolas de várias áreas mineiras
- Gado ovino, pastagens e águas de rega na zona da mina da Quinta do Bispo (Mangualde) e Ranhados (Viseu) para comparação
- Água para consumo humano, aerossóis e radão na atmosfera em vários locais
- Monitorização da dose de radiação ambiente (dose externa) nas áreas de várias minas de urânio nos distritos de Viseu e da Guarda